



## Vitruvian Cogitationes - RVC

### O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO COMO ESTADO DE EXCEÇÃO: UMA PROPOSIÇÃO CRÍTICA PELO ECO NÃO OUVIDO DAS VÍTIMAS DA HISTÓRIA

*EL ECO INAUDITO DE LAS VÍCTIMAS DE LA HISTORIA: LEGITIMAR UN ESTADO DE EXCEPCIÓN A TRAVÉS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS*

*THE UNHEARD ECHO OF THE VICTIMS OF HISTORY: LEGITIMIZING A STATE OF EXCEPTION THROUGH EDUCATIONAL POLICIES*

**Michel Pisa Carnio**

Universidade Federal de São Carlos; michelcarnio@ufscar.br

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma mobilização teórica crítica e interdisciplinar que permita analisar os significados e as repercussões do projeto Escola Sem Partido no campo educacional. Mais do que compartilhar visões equivocadas sobre a educação e o processo educativo, o projeto tem demonstrado capacidade de articular demandas sociais difusas que ganham força e aparelhamento nos espaços políticos. Por meio de uma análise educacional, cultural, política e filosófica do projeto, nos apropriamos de referenciais críticos – em especial Walter Benjamin – que podem contribuir para formular um diagnóstico contemporâneo acerca da natureza do pensamento autoritário que permeia o sistema educacional. As análises indicam que o movimento de apoio ao projeto contribui, consciente ou não, com a legitimação de um estado de exceção por meio de políticas que minam as mediações institucionais e democráticas de convivência, retirando os direitos da população, ao invés de garanti-los e ampliá-los. Concluimos que é preciso fazer ecoar os ecos não ouvidos das vítimas da história - - no caso, de professores, alunos e toda a sociedade impactada pelas ideias do projeto -, fazendo do estado de exceção atual um contexto de luta e resistência frente ao Escola sem Partido e sustentando novos horizontes de transformação social voltados para o bem coletivo e emancipatório.

**Palavras-chave:** Escola sem partido; Estado de exceção; Pensamento autoritário e educação; Políticas educacionais.

**Resumen:** Este trabajo propone una movilización teórica crítica e interdisciplinar que nos permite analizar los significados y repercusiones del proyecto Escola Sem Partido en el ámbito educativo. Más que compartir visiones erróneas sobre la educación y el proceso educativo, el proyecto ha demostrado su capacidad para articular demandas sociales difusas que ganan fuerza y equipamiento en los espacios políticos. A través de un análisis educativo, cultural, político y filosófico del proyecto, nos apropiamos de referencias críticas - en particular Walter Benjamin - que pueden contribuir a formular un diagnóstico contemporáneo sobre la naturaleza del pensamiento autoritario que permea el sistema educativo. Los análisis indican que el movimiento de apoyo al proyecto contribuye, conscientemente o no, a la legitimación de un estado de excepción a través de políticas que atentan contra las mediaciones institucionales y de convivencia democrática, sustrayendo los derechos de la población, en lugar de garantizarlos

y ampliarlos. Concluimos que es necesario hacernos eco de los ecos inauditos de las víctimas de la historia --en este caso docentes, estudiantes y toda la sociedad impactada por las ideas del proyecto--, haciendo del actual estado de emergencia un contexto de lucha y resistencia contra la Escuela sin Partido y sustentando nuevos horizontes de transformación social orientados al bien colectivo y emancipatorio.

**Palabras clave:** Escola sem Partido; Estado de excepción; Pensamiento y educación autoritarios; Políticas educativas.

**Abstract:** The present work proposes a critical and interdisciplinary theoretical mobilization that allows analyzing the meanings and repercussions of the Escola Sem Partido project in the educational field. More than sharing mistaken views about education and the educational process, the project has demonstrated its ability to articulate diffuse social demands that gain strength and equipment in political spaces. Through an educational, cultural, political and philosophical analysis of the project, we appropriated critical references – in particular Walter Benjamin – that can contribute to formulate a contemporary diagnosis about the nature of authoritarian thinking that permeates the educational system. The analyzes indicate that the movement in support of the project contributes, consciously or not, to the legitimization of a state of exception through policies that undermine institutional and democratic coexistence mediations, removing the rights of the population, instead of guaranteeing them and expand them. We conclude that it is necessary to echo the unheard echoes of the victims of history - - in this case, teachers, students and the entire society impacted by the project's ideas -, making the current state of emergency a context of struggle and resistance against the Escola Sem Partido and sustaining new horizons of social transformation aimed at the collective and emancipatory good.

**Key-words:** Escola Sem Partido; State of exception; Authoritarian thinking and education; Educational policies.

---

## Introdução

O projeto Escola Sem Partido, embora tendo iniciado seu movimento em meados de 2004, tem sido alvo de análises e pesquisas da educação até hoje e de forma crescente. Apesar de não se estabelecer como política pública, suas ideias e valores ganham adeptos de parte da população brasileira e ajudam a construir um clima cultural de certa aceitabilidade que deve ser diretamente questionada pela literatura da área educacional. Além disso, a pesquisa pode e deve não só se posicionar, mas propor categorias e formulações que por um lado denunciem as lacunas expressas e representadas pelo presente projeto e, por outro, indiquem novos horizontes de mundo que condizem com uma visão de sociedade mais livre, igualitária e plural.

Embora se arvore como ser uma iniciativa contra a doutrinação ideológica, o Escola sem Partido “[...] é resultado de uma grande combinação de interesses ideológicos, conservadores e partidários ... em torno de uma luta por hegemonia ideológica no campo educacional” (LIMA e HYPOLITO, 2000, p. 1).

Nóbrega (2019), ao propor uma reflexão sobre o estudo e a interpretação da Constituição Federal em relação às arbitrariedades propostas pelo projeto Escola sem Partido, nos convida à refletir para além da natureza fragmentária do conhecimento na ciência moderna e a ousar propor reflexões que transcendam e façam convergir as diferentes áreas do conhecimento. Assim como a autora, consideramos que “o manejo adequado para banir e desqualificar esse movimento assediador chamado de escola sem partido só se dá por meio do conhecimento. Por meio dele, é possível interpretar qual o objetivo que se quer alcançar” (NÓBREGA, 2019, p. 9).

O projeto “Escola Sem Partido” constitui uma ameaça à proposta de uma educação democrática. Como vimos, o coordenador do movimento homônimo defende que professores não passam de burocracias que devem apenas transmitir um conhecimento que foi pré-determinado e não podem mobilizar valores em sala de aula. Como abrir espaço para que os alunos aprendam com as suas diferenças e estimular a emergência de uma subjetividade que se caracterize por essa interação humana onde a liberdade possa surgir? Impossível (PENNA, 2017, p. 260)

Importante frisar que, muito mais do que evidenciar diferenças entre concepções de educação e dos processos formativos de alunos, estão presentes posicionamentos que transcendem a esfera educacional e colocam em cena o tipo de sociedade que queremos viver e construir.

Nos dias de hoje, para além do discurso em prol da liberdade e da democratização do saber, é cada vez mais comum encontramos pessoas enclausuradas em si mesmas, sem uma preocupação explícita com as questões que envolvem o “bem comum”, ou a vida política. No plano cultural, a privatização dos mecanismos de controle ideológico da informação tem contribuído cada vez mais para que haja a intensificação daquilo que Adorno e Horkheimer, em 1947, denominaram de Indústria Cultural.

Estaríamos diante de um processo de despolitização da sociedade atual? Que lugar ainda restaria para a “esfera pública”, se as “políticas” continuarem a expressar muito mais os interesses privados do que os efetivamente públicos? A educação política não teria mais sentido, principalmente numa sociedade em que prevalece a lógica sistêmica do dinheiro e do poder? (GOMES, 2010, p. 187)

Concordando com Gomes (2010), consideramos fundamental colocar em questão o próprio sentido da educação contemporânea, seus fundamentos e rumos. Neste sentido, o presente trabalho propõe uma mobilização teórica crítica e interdisciplinar que permita analisar os significados e as repercussões do projeto Escola Sem Partido no campo educacional, propondo análise de algumas esferas circunscritas a este tema e que podem contribuir para formular um diagnóstico contemporâneo acerca da natureza do pensamento autoritário que invade o permeia o educacional.

### **Aspectos metodológicos**

O presente trabalho é de abordagem qualitativa de pesquisa. Compreende que a realidade concreta é mutável e que o conhecimento é dinâmico e inacabado, e a qualidade da investigação “[...] depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003, p.118).

Naturalística ou naturalista porque não envolve manipulação de variáveis, nem tratamento experimental; é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração,

estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas (ANDRÉ, 1995, p. 17).

Tendo como pano de fundo teórico-metodológico o materialismo dialético da Escola de Frankfurt, em especial a *Dialética Negativa* de Theodor Adorno (2009), reconhecemos que a primazia do conhecimento não se localiza na consciência de um suposto sujeito transcendental que por meio da razão captura a essência dos fenômenos e a expressa em conceitos, mas sim na primazia do objeto. É respeitando a complexidade e particularidade do objeto que o sujeito pode construir representações mais gerais sobre ele.

Não se trata, pois, de considerar um processo de “tirar uma foto da realidade”, mas, antes, de pensar o conhecimento como uma constelação. Para Adorno (2009), “[...] a constelação surge como forma de expressão dos fenômenos como ideias em movimento, e não como uma ferramenta de representação do que realmente a coisa ‘é’” (CARNIO, 2017, p. 127-128). A orientação epistemológica por meio da constelação considera, assim, duas perspectivas distintas e concomitantes: “a técnica de ampliação faz com que se mova o imóvel e que se fixe o que se movimenta” (ADORNO, 1998, p. 236).

[...] o conceito de campo de forças, intrinsecamente, desafia uma resposta unívoca à pergunta acerca da hierarquia entre textos ou temas. O conceito de constelação, por ser índice da disposição dos objetos segundo o ponto de vista de quem observa, demonstra o caráter inevitavelmente disputável da diferença entre objeto primário e secundário, entre o que é fundamental e o que é complementar (ADORNO, 2015, p. 18-19).

Para Adorno, “a constelação ilumina o que há de específico no objeto e que não é levado em consideração pelo conceito no processo de conhecimento” (PUCCI, 2012<sup>1</sup>, p. 9, apud CARNIO, 2017, p. 129).

Neste sentido, a partir da mobilização de diferentes referenciais teóricos, elencamos quatro eixos que irão constituir nossa análise constelacional:

- i) ***Projeto Escola Sem Partido e a falsa projeção do campo educacional.*** Trata-se de reforçar uma análise das compreensões equivocadas do projeto em relação aos elementos basilares da educação, relacionados ao papel da escola e da família, à concepção do que são e como se constituem os conteúdos de ensino, à distinção entre opinião e conhecimento científico, à ideia de cidadania e ao papel do professor no processo de ensino.
- ii) ***A cultura como algo dinâmico.*** Neste tópico a discussão parte de duas características da modernidade que podem causar estranheza e conflito da população: a secularização da cultura e a laicidade do Estado. Está centrada na ideia de que a sociedade e a cultura são dinâmicas, e isso nem sempre é acolhido de forma positiva pelos sujeitos, muitas vezes fechados à mudanças.
- iii) ***Instrumentalização da política e o afeto como propulsor da opinião pública.*** Aqui apresentaremos um breve histórico das diferentes iniciativas de defensores do Escola sem Partido em transformá-lo em lei, assim como os discursos e narrativas (regularmente violentos) utilizados que apelam para o medo das pessoas como forma de ganhar adeptos.

<sup>1</sup> PUCCI, Bruno. A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 8 n.1, p. 1-24, abr. 2012.

- iv) *A exceção como diagnóstico da educação presente e o eco não ouvido das vítimas da história.* Faz-se uma proposta teórica de mobilizar a ideia benjaminiana de estado de exceção para considerar os movimentos históricos do referido projeto, denunciando o fato de ele criminalizar alguns atores sociais específicos. Termina por anunciar a necessidade de fazer diagnósticos críticos sobre este cenário em prol da defesa das ideias e valores que tem sido solapados por tal perspectiva ideológica.

Consideramos que tais análises irão construir sentidos específicos no presente trabalho e no presente recorte, sentidos estes que poderão ser recolocados em outras circunstâncias.

## **Análises e discussões**

### **Projeto Escola Sem Partido e a falsa projeção do campo educacional**

Considerado inconstitucional por parecer de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o projeto Escola Sem Partido continua sendo encaminhado, discutido e votado em Câmaras municipais e estaduais por todo o país. Em prol de combater a “doutrinação político-ideológica das escolas” e abolir discussões sobre “ideologia de gênero”, o projeto, ancorado no medo e na desinformação, ganha visibilidade na população em geral.

Análises do projeto de lei, do site oficial do movimento e de falas de seus principais apoiadores têm revelado o caráter estereotipado e equivocado quanto ao papel da educação e os meios necessários para alcançar uma formação crítica às novas gerações – também ressaltado pela literatura educacional.

Carnio e Neves (2018) destacaram cinco visões evidentemente equivocadas do referido projeto quando se trata da educação e dos processos que a compõem. Primeiro nota-se grande confusão entre o interesse privado garantido constitucionalmente à família e o interesse público da escola enquanto espaço de socialização. Aqui tem início a desconfiança dos pais na autoridade dos docentes enquanto profissionais que têm o papel de contribuir para a formação dos seus filhos.

Isso remete ao segundo ponto, quanto à falsa dicotomização entre conteúdos disciplinares e valores. Segundo os autores, é recorrente que os defensores do projeto restrinjam à escola o ensino de conteúdos fragmentados da realidade, de forma que eles não tenham potencial de problematizar determinados valores e visões de mundo compartilhados.

Com base nessa compreensão, intui-se, também, que não somos detentores de identidades estáticas e hierarquizáveis, mas nos constituímos, assim como nossos conhecimentos, como redes dinâmicas e plurais. Ao problematizarmos o já estabelecido hegemonicamente, vislumbramos a possibilidade de rompermos com o já aprendido sobre a realidade escolar e, a partir daí, sairmos em busca de compreender os currículos produzidos nos cotidianos das escolas. Nesse exercício de compreensão da complexidade do real, a defesa de uma “neutralidade” curricular parece não levar em conta as práticas desenvolvidas em meio a complexos processos sociais. Ou seja, os currículos escolares, para além dos conhecimentos formais que englobam, não devem ser concebidos como neutros e atemporais, simples e exatamente porque currículos estão sempre ligados a um contexto social, cultural, epistemológico e político; sempre refletem escolhas, interesses e objetivos (REIS et al., 2016, p. 208).

Essa “licença poética” para interpretar como a educação deveria ocorrer leva à uma terceira categoria, que considera uma estratégia dos apoiadores do projeto equivalerem as opiniões pessoais ao conhecimento científico, geralmente de uma maneira totalmente arbitrária e sem fundamentação. Reflexo disso é que o conceito de cidadania propagado pelo projeto fica restrito ao sujeito obedecer ao que lhe é colocado, ao invés de ensinar os alunos a defenderem os seus direitos e lutar por sua ampliação. Por fim, como uma concatenação das ideias previamente identificadas, atribui-se ao professor a origem de todo mal, o inimigo que atua contra tudo o que prega o projeto e, por isso, precisa ser demonizado, perseguido, ridicularizado, e, quando possível, reprimido.

Grande fixação dos defensores do Escola sem Partido diz respeito à leitura e compreensão do papel de Paulo Freire e de suas contribuições para a educação no Brasil. Ataques e Como afirmam Ramos e Santoro (2017),

Na perspectiva freireana, o professor não é o dono do conhecimento nem é o sujeito que impõe o que pensa para os alunos, ou seja, a educação freireana não pode ser um espaço de doutrinação, pois ela permite ser questionada e não se faz valer pelo autoritarismo. Esse posicionamento se manifesta até mesmo na seleção dos conteúdos programáticos, que devem ser selecionados de acordo com o que os educandos trazem de suas vidas. Por isso, o professor inclui na sua aula a vida concreta, desde a venda de balas no trem após a aula até o que o aluno não compreendeu do noticiário político. Essa articulação entre mundo real e sala de aula não é possível se tivermos professores sob constante suspeita e quando tal articulação é compreendida como mera doutrinação (RAMOS; SANTORO, 2017, p. 146).

### **A cultura como algo dinâmico**

Ao considerar a relativa adesão de certas parcelas da população ao movimento Escola Sem Partido e a convicção de que para os apoiadores tal projeto poderia vir ao encontro de certa melhoria da qualidade da educação, convém perguntar onde residiria certa raiz de tamanha insatisfação e desinformação sobre a educação brasileira.

A partir de sua preocupação com a precária autonomia do campo educacional no Brasil, Cunha (2016) propõe uma análise abrangente da disputa político-ideológica que incide sobre o currículo da Educação Básica no Brasil. Para isso, lança mão dos conceitos de secularização e laicidade, defendendo a seguinte tese:

[..] o currículo da Educação Básica, particularmente das escolas públicas, é objeto de ação modeladora que visa frear os processos de secularização da cultura e de laicidade do Estado, mediante dois movimentos, um de contenção, outro de imposição. Ambos os movimentos configuram um projeto de educação reacionária, entendida aqui como a que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas (CUNHA, 2016, p. 2).

Para Cunha a teoria da secularização teve início na análise realizada por Max Weber do processo de desencantamento do mundo, “produto, por sua vez, do processo mais amplo de

racionalização” (2016, p. 2). “O processo de desencantamento abriu caminho para uma abordagem objetiva do mundo. Primeiramente do mundo natural, via a técnica e a ciência; em seguida, do mundo social, com a objetivação capitalista das relações sociais conduzindo às relações contratuais (2016, p. 2).

Segundo o autor, um dos fundamentos da teoria da secularização consiste em “correlacioná-la com a crescente diferenciação funcional e com a especialização das atividades” (p. 3), o que Weber denominou de autonomização das esferas culturais de valor. Desta forma, segundo esta perspectiva não haveria modelos pré-determinados para a secularização da cultura ou mesmo para a laicidade do Estado, de forma que não se observa avanços na secularização da cultura em contraposição à esfera da laicidade, que “ora avança, ora recua” (CUNHA, 2016, p. 4).

Secularização da cultura é mudança, portanto enseja tanto adesões quanto reações. Mudança anuncia o desconhecido, que desperta entusiasmo em alguns e receio em outros. As que mexem com a identidade de indivíduos e grupos são as que mais suscitam reações (CUNHA, 2016, p. 4)

Quando se trata de transformações culturais é necessário compreender a complexidade deste processo e as profundas reverberações destas nos modos de ser e de pensar dos indivíduos. Sendo a cultura uma forma de constituição de identidades de muitas camadas (passando pelo subjetivo, pelo intersubjetivo, por símbolos, rotinas e valores), toda mudança na cultura é tomada de forma muito intensa pelos diversos atores sociais.

174

### **Instrumentalização da política e o afeto como propulsor da opinião pública**

Mais do que visões equivocadas, o projeto tem demonstrado a capacidade de fazer ampla instrumentalização da política – sobrepondo interesses particulares ao interesse público. Nesse sentido, apontamos a necessidade de analisar os atores, contextos políticos e interesses do projeto a partir de uma perspectiva crítica que permita sistematizar a maneira como essas demandas sociais difusas acabam ganhando força e aparelhamento nos espaços políticos, consolidando-se em políticas educacionais. Novamente Cunha (2016) contribui enormemente na construção deste panorama.

Ao considerar a origem do movimento Escola Sem Partido, é possível perceber em Miguel Nagib, advogado paulista que iniciou o movimento em 2004, seu papel como colaborador do Instituto Milenium<sup>2</sup>. Segundo Cunha (2016),

O primeiro projeto de lei ESP foi proposto em 2014 pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a partir de modelo elaborado por Nagib. Desde então, projetos similares, calcados no modelo disponibilizado na página do movimento, deram entrada nas duas casas do Poder Legislativo Federal, assim como nas suas instâncias correlatas estaduais e municipais. No mesmo ano, no município do Rio de Janeiro, o

<sup>2</sup> “O instituto é uma entidade privada que se anuncia como formada por um think tank de intelectuais e empresários, voltados para a promoção de “valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.” (p. 34) (texto baixado em 12/08/2016, do endereço [www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/](http://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/)).

vereador Carlos Bolsonaro (PSC) apresentou projeto de lei com o mesmo teor do seu irmão, o deputado estadual (CUNHA, 2016, p. 35)

Por meio de recursos caricatos de professores, de supostos episódios de doutrinação político-ideológica, da apresentação dos alunos como “clientela cativa”, do recorte da constituição, endossando “[...] a liberdade de aprender do aluno, mas omitida a liberdade de ensinar do professor” (CUNHA, 2016, p. 35), o projeto cria e sustenta narrativas que despertam medo e ódio em relação aos professores, à personalidades brasileiras importantes no campo da educação como Paulo Freire e à determinados partidos políticos (especialmente o Partido dos Trabalhadores em meados de 2016, mas estendido a todo partido que se identifique como do campo da esquerda política).

Importa também reconhecer como o Escola Sem Partido se coloca e se fortalece do ponto de vista institucional.

Cunha (2016) descreve e faz considerações importante aos projetos de lei federais relacionados ao ESP, considerando o PLC 7.180,42/2014, PL 1.411/2015, PLC 867/2014 e PL 193/2016, que, dentro de cada esfera de discussão e implementação, visam, respectivamente: (de)formular interpretações sobre os artigos da Lei de Diretrizes e Bases de 1996; tipificar um crime novo de assédio ideológico nas escolas; fiscalizar e orientar as informações presentes em livros didáticos e paradidáticos e também dispor sobre as avaliações para o ingresso no ensino superior e ingresso na carreira docente; dispor sobre as políticas e os planos educacionais e os conteúdos curriculares, principalmente em conteúdos relacionados à “ideologia de gênero”, de modo que não escaparia sequer a proposta de Base Nacional Curricular Comum para a Educação Básica (CUNHA, 2016, p. 39).

A questão de gênero tem sido atacada em razão do levante conservador, heteronormativo e machista que persiste na sociedade. O uso do termo “ideologia de gênero”, demonizado pelo conservadorismo do Escola Sem Partido, vislumbra carregar de preconceito e de negatividade uma questão histórica, social e política que implícita e explicitamente faz parte da prática social educacional. A tentativa de silenciamento da questão de gênero é política e por isso é preciso debatê-la, de modo a ressaltar a relevância da questão. Tal tentativa de censura vai contra a liberdade e o pluralismo, valores que o Escola Sem Partido afirma defender (FREITAS; BALDAN, 2017, p. 3).

Neste mesmo sentido, o autor atesta ainda que projetos de lei semelhantes têm sido apresentados nas Assembleias Legislativas locais, dando firmando raízes destes ideais junto a deputados e vereadores.

Vladimir Safatle (2020), em seu livro *O circuito dos Afetos*, defende a tese de que mais do que a razão por trás dos argumentos sobre os quais devemos concordar ou discordar, são os afetos que nos mobilizam de maneiras mais profundas e imediatas. Ao contextualizar a perspectiva hobbesiana, o autor afirma

Assim, a tese principal é que o medo como afeto político central é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento. Ele é consequência necessária do fato de a política liberal ter por horizonte: “o homem novo definido pela procura de seu interesse, pela satisfação de seu amor-próprio e pelas motivações passionais que lhe fazem agir”. Interesses constituídos pelo jogo social de identificações

e concorrências, pelo desejo do desejo do outro. O que pode nos explicar por que a liberdade tal como compreendida em sociedades cujo modelo de inscrição se dá a partir da determinação de sujeitos sob a forma de indivíduos é paga pela definição do outro como uma espécie de “invasor potencial”, como alguém com quem me relaciono preferencialmente através de contratos que definem obrigações e limitações mútuas sob os olhares de um terceiro. Perspectiva contratualista que eleva a pessoa à figura fundamental da individualidade social. Por isso, não seria equivocado afirmar que sistemas políticos que se compreendem como fundamentados na institucionalização de liberdades individuais são indissociáveis da estã e produção social do medo (SAFATLE, 2020, p. 17).

Pensar por este viés nos permite compreender melhor como as pessoas muitas vezes defendem posições que a fundo lhes prejudicam (o que nos remete aos estudos sobre a personalidade autoritária de Theodor Adorno)<sup>3</sup> e como as democracias estão suscetíveis a movimentos antidemocráticos em seu próprio seio<sup>4</sup>.

Cunha (2016) também chega a esta conclusão ao procurar decifrar o sucesso do movimento do Escola sem Partido. Concordamos com o autor quando afirma que o maior motivo para tal sucesso é o medo.

Sim, medo da mudança por que passa a sociedade, a cultura, a família. Percebendo a chegada de um futuro incerto, os apoiadores do movimento preferem o que já existe, mesmo sabendo que está cheio de problemas. Melhor ainda se pudesse voltar ao tempo passado, quando tudo era mais justo, mais sincero, mais adequado. Diante da incerteza e do medo que ela acarreta, a tensão é aliviada ao se encontrar um bode expiatório.<sup>46</sup> Na conjuntura que gerou o ESP, esse bode foi o Partido dos Trabalhadores, acusado de todos os desmandos existentes no país, sendo a malversação dos recursos públicos, o mais visado. Seus membros foram acusados de executores e seus simpatizantes de cumplicidade com todos os malfeitos, reais e imaginários, dos períodos dos governos Lula e Dilma, mesmo quando o assunto não era de sua alçada (CUNHA, 2016, p. 40).

Além do medo, outro mecanismo psicológico identificado pelo autor e que tem sido identificado nos partidários do movimento é a projeção.

Diante da vida em rápida e profunda mudança, os amedrontados pais e mães das famílias pequeno-burguesas gostariam de frear as mudanças e impor seus valores e seus padrões de comportamento aos filhos que já não controlam. Como não podem fazer isso com o rádio e a TV, nem com as pessoas na rua, escolheram a única instituição vulnerável à censura: a escola, na figura dos professores. Porque se os filhos estão saindo da normalidade, é porque alguém está mudando sua consciência, eles próprios não seriam capazes disso. Além de bodes expiatórios bem convenientes, conforme acima, os professores são acusados de “doutrinadores”, justamente o que os acusados pretendem fazer com os filhos e não conseguem alcançar os resultados almejados. Ou seja, eles

<sup>3</sup> ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Org: Virgínia Helena Ferreira da Costa. São Paulo, Editora Unesp, 2019.

<sup>4</sup> LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

projetam nos professores aquilo que gostariam de fazer, isto é, a doutrinação dos filhos, cujos valores e comportamentos fogem do seu controle. E investem contra a presumida “doutrinação” dos docentes (CUNHA, 2016, p. 40)

Tendo em vista os recalques civilizatórios (FREUD, 2011) e a fragilidade das estruturas psíquicas alimentadas pela contemporaneidade neoliberal (SAFATLE et al., 2021), a tendência é a resistência frente às lutas progressistas e a regressão a um estado de coisas cada vez mais conservador, arbitrário e calcado em premissas autoritárias.

Trata-se de um modelo psicanalítico mais apropriado, do ponto de vista da economia psíquica, para a compreensão da relação entre o pacto social do discurso neoliberal no Brasil e as novas formas de violência, marcadas pela gratuidade do mal, que têm pontuado nossa história. A cultura da liberdade individual impermeável à alteridade, promovida pelo neoliberalismo, legitima socialmente a crueldade sem álibi da pulsão de morte... No neoliberalismo, a agressividade, a crueldade sem álibi, é legitimada pelo pacto social em jogo. Essa homologação discursiva racionaliza a violência como inerente à competição ou à salvação do mercado, como foi o caso do aperto de cintos em 2008 para salvar os bancos. As não muito. Sempre se pode perceber o ponto em que a crueldade se torna um fim em si mesmo (JUNIORa, 2021, p. 277-278).

E é sob esta ótica que interpretamos o Escola Sem Partido como um projeto em que elementos de diferentes níveis (social, familiar e individual) confluem em uma má leitura do papel da educação e da formação dos sujeitos. Estes acabam atuando como fatores de legitimação de ideias e posicionamentos que não respeitam o bem comum, não se orientam pelas convenções da ciência e tentam criar brechas institucionais que legalizem este tipo de pensamento, se assemelhando àquilo que se denomina de estado de exceção.

### **A exceção como diagnóstico da educação presente e o eco não ouvido das vítimas da história**

Nas suas teses Sobre o conceito da História, Walter Benjamin, pensador alemão de origem judia vinculado à Escola de Frankfurt, dizia que “A tradição dos oprimidos ensina-nos que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra” (BENJAMIN, 2016, p. 13). Segundo denunciava Benjamin, a locomotiva da história transpassava o tempo como um rolo compressor, reproduzindo as opressões e deixando para trás aqueles que sucumbiam no processo.

Porém Benjamin nunca se contentou com essa “história contada pelos vencedores”. Deveria haver um modo de fazer história que fosse “[...] capaz de colocar em voga os sofrimentos amontoados ao longo do tempo e dos fatos ocorridos e, assim realizaria uma nova construção hermenêutica das esperanças fracassadas das vítimas (JUNIOR, 2015, p. 65).

O passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro de ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos das vozes que emudeceram? [...] Se assim é, então existe um encontro secreto marcado entre

as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve a nossa espera. Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior a nossa, uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 2012, 241-242).

Enquanto Carl Schmitt, o “jurista do nazismo”, entendia que “a exceção não deve ser utilizada somente como autodefesa do Estado para sua conservação, mas apenas para garantir os direitos e as liberdades dos indivíduos, mesmo que isso signifique a redução deles por algum tempo” (SOUZA, 2018, p. 40), em embates teóricos a respeito dos caminhos da história e do papel institucional do Direito diante o desenrolar dialético da história humana, Benjamin alude que a exceção se tornou um instrumento político e uma constante técnica de governo. Para ele, a teoria dos fins justos visa apenas um fim absoluto e não se importa com os meios para a obtenção desse fim.

A violência na instauração do direito tem uma função dupla, no sentido de que a instauração do direito almeja como seu fim, usando a violência como meio, aquilo que é instaurado como direito, mas no momento da instauração não abdica da violência; mais do que isso, a instauração constituía a violência em violência instauradora do direito – num sentido rigoroso, isto é, de maneira imediata – porque estabelece não um fim livre e independente da violência [Gewalt], mas um fim necessário e intimamente vinculada a ela, e instaura enquanto direito sob o nome de poder [Macht]. A instauração do direito é instauração de poder e, enquanto tal, um ato de manifestação imediata da violência (BENJAMIN, 2011, p. 148)

Ao se colocar como um instrumento que deveria prezar pela garantia de justiça nos arcabouços da legalidade, o Direito muitas vezes representa o seu contrário: a legalização da opressão. Segundo Junior (2015), “O direito oferece para qualquer tipo de ordem social a saída pela via da força violenta da lei. A função do direito é a de estabelecer o que é a violência legal ou legalizar a violência ilegal” (JUNIOR, 2015, p. 72).

O projeto de lei Escola sem Partido se coloca assim como tentativa de legalizar a violência ilegal que ataca determinados direitos. Como diz Nascimento (2012, p. 215), “assistimos a um notório processo de naturalização do estado de exceção”, onde “[...] a exceção se torna, cada vez mais, um dispositivo de governo, uma técnica de gestão social para controlar subversivos, mantendo a aparência de ordem democrática e sem abolir o Estado de direito (SOUZA, 2018, p. 57)

Assumir a perspectiva dos oprimidos não é um movimento fácil, mas neste movimento de enfrentamento reside uma dimensão de potencialidade para a ética da alteridade em sua inquietude imanente na luta pela paz concreta. Este movimento de releitura da história é humanamente revolucionário porque se encarna nos fatos que foram escondidos e deixados de lado pela tradição cultural dos vencedores, que nunca deram o devido valor à tradição dos oprimidos, nem à condição histórica das vítimas (JUNIOR, 2015, p. 74)

Quando se fala vítimas, no caso do Projeto Escola sem Partido, nos referimos aos grupos sociais que sofrem as repercussões negativas desta política, na articulação de perspectivas educacionais anacrônicas e ultrapassadas do ponto de vista epistemológico.

Uma das grandes preocupações do projeto de lei reside na luta contra a "ideologia de gênero". Esta motivação se mostra incabida já pelo termo utilizado - "ideologia de gênero" não existe, nada mais é do que a tentativa de deslegitimar as causas e lutas da população LGBTI no que tange às discriminações e preconceito quanto às identidades de gênero que não se encaixam na visão da família tradicional.

Outras "vítimas" evidentes do projeto são os professores. Estes - que são a classe profissional mais frágil do sistema educacional - são alvo de perseguições e desconfianças que estapafúrdias quanto sua intencionalidade supostamente doutrinadora em sala de aula. Ficam sujeitos à repressões e acusações judiciais mesmo antes de o projeto ser aprovado e mesmo sem terem culpa formada. É o aprimoramento do estado de exceção: uma exceção que é socialmente atuante mesmo antes de ser juridicamente legitimada e normatizada.

Basta que, em algum momento, sejamos considerados suspeitos, para que nosso estatuto jurídico desapareça como se antes nunca tivesse existido. A falta de fundamento sólido do edifício jurídico ocidental consiste nessa fragilidade do estatuto do homem que a qualquer momento pode ser reduzido a sua condição de zoé, pois quando seus direitos políticos são barrados, resta não o bíos (a vida ética e politicamente qualificada), mas sim a zoé (vida natural, vida biológica) exposta ao poder soberano” (SOUZA, 2018, p. 55)

No texto dos próprios projetos de lei relacionados é possível notar como o projeto constrói uma imagem de professor a partir de exemplos extremos (e muitas vezes inexistentes ou resultado de má interpretação), construindo-o como inimigo, a origem de todo mal, estimulando tensões entre alunos, família e professores, e aprofundando as condições de trabalho da classe docente. A família também fica destinada a reproduzir uma ideia de passado baseada no medo e em falsas projeções, tornando-se ignorante da própria ignorância.

Por fim, discutimos que as vítimas no plano último do projeto são os próprios alunos. A estes, que são considerados como "audiência cativa", serão negados os conhecimentos construídos historicamente pela humanidade, sobrando apenas a opção de se acomodar às informações e valores que predominam nas classes conservadoras.

Desse modo, a exceção tornou-se o dispositivo e a técnica através da qual se controla os movimentos e grupos sociais, no marco formal do Estado de direito. Ao criminalizar os movimentos e os grupos sociais, pretende-se suspender um conjunto de direitos que garantam sua atuação, enquadrando-os dentro da ordem ou inviabilizando sua ação social (SOUZA, 2018, p. 55)

### **Considerações Finais**

Os últimos anos têm sido marcados por retrocessos culturais que podem ser identificados tanto no Brasil quanto no mundo. Os déficits do projeto de Estado de bem-estar social, o esgotamento do modelo de política por representação e a crise econômica que se agrava cada vez mais – principalmente em países em desenvolvimento – auxiliam a constituir cenários em que se reduzem as esperanças de um sentido comum de nação e se incentiva o individualismo, a competição e relações sociais baseadas mais no confronto do que no diálogo. Desinformação e discursos de ódio ganham cada vez mais espaço em detrimento da reflexão e do pensamento crítico.

Neste contexto, a educação passa a ser pautada não pelo que ela pode ser em seu devir, mas pela negação, pelo que já não foi. Ao invés do anúncio, tem-se o rompimento do processo histórico.

A perspectiva do estado de exceção como regra nos impõe um olhar sobre a história que não seja determinista, linear ou necessariamente progressista. No trabalho apresentamos dois sentidos de exceção: o primeiro voltado aos trâmites e acordos dos bastidores da discussão política, e o segundo em relação à ideia de exclusão do corpo biopolítico da população por meio de políticas cujas ideias centrais desconsideram e descaracterizam o reconhecimento da cidadania das pessoas.

Porém, nessa nossa apropriação, a exceção se deve mais a um certo tipo de *Zeitgeist* (“espírito do tempo”) estimulado pela convergência entre neoliberalismo e regressão do Ego com tendências de pensamento autoritário do que pela clareza despótica de determinados grupos sobre as temáticas em questão. Pois, “[...] se, por um lado, vivemos sob a égide de um estado de exceção permanente, precisamos, por outro lado, originar um estado de exceção efetivo que interrompa a dialética entre a violência que põe e a violência que conserva o direito” (NASCIMENTO, 2010, p. 113-114).

É preciso adquirir a clareza de que nosso trabalho profissional é também um trabalho político, nunca isento nem neutro. Nossas práticas envolvem uma concepção de mundo, de sociedade, de homem, de humano, exigindo um posicionamento sobre a finalidade da intervenção que fazemos, a qual envolve a certeza de que nossas práticas têm sempre efeitos, exigindo que tomemos, portanto, posições. Nossas escolas sempre terão partido. Resta-nos a pergunta, que jamais deverá deixar de ser feita: a serviço de quem? (SCRIVANOI; BICALHO, 2017, p. 47).

Urge fazer ecoar os ecos não ouvidos das vítimas da história - no caso, de professores, alunos e toda a sociedade impactada pelas ideias do projeto -, fazendo do estado de exceção atual um contexto de luta e resistência frente ao Escola sem Partido e sustentando novos horizontes de transformação social voltados para o bem coletivo e emancipatório.

## **Agradecimentos**

Agradecimento à CAPES pelo financiamento.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, Theodor Wiesengrund. A consciência da sociologia do conhecimento. In: **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo : Editora Ática, 1998a.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Para a metacrítica da teoria do conhecimento**: estudos sobre Husserl e as antinomias fenomenológicas. Trad: Marco Antonio dos Santos Casanova – 1ª ed. – São Paulo : Editora Unesp, 2015.

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: poder soberano e vida nua I**. Trad. Henrique Burgo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: 34; Duas cidades, 2011.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense; 2012. (Obras Escolhidas v. 1).
- CARNIO, Michel Pisa. **A experiência formativa de professores no trabalho com uma questão sociocientífica: potencialidades e obstáculos em um Pequeno Grupo de Pesquisa**. 2017. 306 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017.
- CARNIO, Michel Pisa. NEVES, Marcos Cesar Danhoni. O projeto escola sem partido como barbarização da educação científica. **Anais do VI Simpósio Nacional de ensino de Ciência e Tecnologia**, 2018.
- CUNHA, L. A. **O projeto reacionário de educação**. 2016. Disponível em: <<http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>.
- FREITAS, Nivaldo Alexandre; BALDAN, Merilin. Dossiê escola sem partido e formação humana. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol 14, ano XIV, n. 1, 2017.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad.: Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- GOMES, L. R. Teoria Crítica e Educação Política em Theodor Adorno. **Revista HISTEDBR** (online). v. 39. P. 286-296. Campinas: FE UNICAMP, 2010.
- JUNIOR, J. D. História e estado de exceção no pensamento de Walter Benjamin. In: **Ensaio Filosóficos**, Volume XII, pg. 63-75, dez. 2015.
- JUNIORa, Nelson da Silva. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico e pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2021, p. 255-282.
- LIMA, Iana Gomes; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015290, p. 1-17, 2020.
- MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.
- NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben**. Campinas, 2010. 185f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas.
- NÓBREGA, C. S. A influência da escola sem partido na atuação do docente e suas consequências jurídicas e socioculturais. **Espaço Público**, v. 3, p. 2-11, mar. 2019.

PENNA, Fernando. "Escola sem Partido" como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. Orgs: André Roberto de A. Machado, Maria Rita de Almeida Toledo - 1. ed. - São Paulo: Cortez: ANPUH SP - Associação Nacional de História - Seção São Paulo, 2017.

RAMOS, Moacyr Sales; SANTORO, Ana Cecília dos Santos. Pensamento freireano em tempos de escola sem partido. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 140-158, jan./abr. 2017.

REIS, G. R. F. S.; CAMPOS, M. S. N.; FLORES, R. L. B. Currículo em tempos de escola sem partido: hegemonia disfarçada de neutralidade. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 2, p. 200-214, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2021.

SCRIVANOI, Isabel; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Escola “sem” Partido: Enfrentamentos e Desafios para a Formação em Psicologia. **Psicol. Ensino & Form.** vol.8 no.1 São Paulo jan./jun. 2017.

SOUZA, D. Estado de exceção: Giorgio Agamben entre Walter Benjamin e Carl Schmitt. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 25, n. 47, p. 35-58, 4 jun. 2018.